



177

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0194668-7 – Vara Única da Comarca de Itamaracá/PE**

**APELANTE:** Liliane Marize de Oliveira

**APELADO:** O Ministério Público Estadual

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**PROCURADORA de JUSTIÇA convocada:** Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL (ARTS. 33 E 40, III, DA LEI N. 11.343/06). PORTE DA SUBSTÂNCIA VERIFICADO. CRIME PERMANENTE. DELITO CONSUMADO - AUSÊNCIA DE LUCRO - IRRELEVÂNCIA - CONDENAÇÃO MANTIDA -. PENA - REDUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PENA-BASE DOSADA NO MÍNIMO LEGAL COMINADO AO DELITO - CONFIGURAÇÃO DA MAJORANTE DO ART. 40, III, DA LEI Nº 11.343/06 - QUANTUM ESTABELECIDO PRÓXIMO DA FRAÇÃO MÍNIMA. PENA MANTIDA. APELO IMPROVIDO. DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS.

- 5711
1. Demonstrado pela prova que a acusada trazia consigo substâncias entorpecentes para o fim de repassá-las aos netos que cumprem pena em estabelecimento penal, configurado está o crime do artigo 33, da Lei de Tóxicos, não havendo que se falar em absolvição.
  2. Ao entregar, graciosamente, substância entorpecente a terceiro, a acusada realizou a conduta prevista no art. 33, da Lei n. 11.343/2006, já que este crime prescinde do ânimo de lucro com o fornecimento. Tráfico configurado.
  3. Tendo sido a pena-base dosada no mínimo legal cominado ao delito e o aumento relativo à majorante verificada ter-se dado próximo da fração mínima cominada, não é o caso de reduzir-se a pena imposta.
  4. Apelo improvido. Decisão por maioria de votos.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação crime nº 0194668-7, em que figura, como apelante, Liliane Marize de Oliveira, e, como apelado, o Ministério Público Estadual, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão de 05 de maio de 2010, por maioria de votos, em negar provimento ao recurso, tudo consoante relatório e voto digitados, além das notas taquigráficas, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 26 de maio de 2010.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



177-A



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0194668-7 – Vara Única da Comarca de Itamaracá/PE**

APELANTE: Liliane Marize de Oliveira

APELADO: O Ministério Público Estadual

RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROCURADORA de JUSTIÇA convocada: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**RELATÓRIO**

Recorre a Defesa de LILIANE MARIZE DE OLIVEIRA, qualificada nos autos, pretendendo a reforma da decisão do Exmo. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Itamaracá/PE, cuja sentença a condenou à pena de 06(seis) anos de reclusão, além de 600 (seiscentos) dias-multa, reprimenda cujo regime de cumprimento restou estabelecido no inicialmente semi-aberto, pela prática do crime do art. 33, c/c o art. 40, III, da Lei nº 11.343/2006.

A Recorrente pretende a absolvição com base na insuficiência de provas. Alternativamente, suplica a redução da reprimenda imposta(fls. 164/168).

Em sede de contra-razões, a representante do Ministério Público Estadual, às fls. 170/175, opinou pelo improvimento do recurso.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva, Procuradora convocada, ofertou parecer no mesmo sentido do órgão ministerial *a quo*, pelo desprovimento do apelo(fls. 187/190).

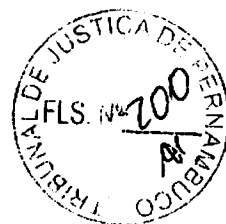
**É o Relatório. À douta revisão.**

Recife, 26 de novembro de 2009.

  
Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



178



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0194668-7 – Vara Única da Comarca de Itamaracá/PE**

**APELANTE:** Liliane Marize de Oliveira

**APELADO:** O Ministério Público Estadual

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**REVISOR:** Des. Mauro Alencar de Barros

**PROCURADORA de JUSTIÇA convocada:** Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

**ÓRGÃO JULGADOR:** SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**VOTO DO RELATOR**

**DO MÉRITO**

Narra a denúncia que no dia 1º (primeiro) de outubro de 2008, por volta das 9h, no interior da Penitenciária Professor Barreto Campêlo, a Apelante, quando adentrava na mencionada unidade prisional para realizar visita, foi flagrada, por agentes penitenciários, em poder de uma bolsa tira-colo, em cujo interior foi costurado um forro no qual foram encontrados 02(dois) invólucros plásticos contendo, um deles, 58,309 (cinquenta e oito gramas, trezentos e nove miligramas) do material vegetal *Cannabis sativa Linné*, popularmente conhecido por “maconha”, e o outro 6,370g(seis gramas, trezentos e setenta miligramas) de pequenas pedras de “crack”.

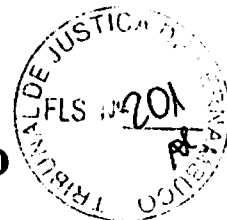
As peças noticiam que durante o procedimento de revista para a entrada na Penitenciária, onde a ré é visitante assídua dos netos, os detentos MAGNUN FERREIRA DA SILVA e MARLON FERREIRA DA SILVA, a acusada foi surpreendida na posse das substâncias entorpecentes mencionadas.

A inicial noticia que, bastante nervosa, a denunciada admitiu que trazia consigo “maconha”, passando a implorar à agente penitenciária para que fosse liberada. Muito embora, foi acionado o chefe do plantão, o qual passou a abrir o volume encontrado com a ré, ocasião na qual se confirmou que se tratava não só de maconha mas também de “crack”.

Após tal constatação, a acusada teria mudado o discurso antes proferido, aduzindo que aquele material não lhe pertencia e que desconhecia o seu conteúdo, alegando que ele fora colocado em sua bolsa por uma mulher, não identificada.



179



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Solicitada a condução dos detentos mencionados ao setor de segurança da unidade, estes negaram a condição de destinatários da droga apreendida em poder de sua avó.

Tais são os fatos articulados na inicial, cuja autoria é atribuída à Sra. LILIANE MARIZE DE OLIVEIRA, a qual, ao tempo do crime, contava com 66(sessenta e seis) anos de idade.

Ouvida, tanto no inquérito como em Juízo, a acusada Apelante admitiu que a droga foi realmente apreendida em sua bolsa, alegando, contudo, que a mesma foi colocada por uma desconhecida no terminal de ônibus de Igarassú(fl. 16/18 e fls. 160v).

Acerca do interrogatório, vale invocar elucidativo esclarecimento do Professor Eugênio Pacelli de Oliveira, cuja obra é marcada pela sensatez e pelo equilíbrio, acerca da valoração do aludido ato processual. Diz o mestre que:

(...) se o acusado prefere oferecer a sua versão dos fatos, esta, a autodefesa ativa, se submeterá ao exame de sua pertinência e validade probatórias, em confronto com os demais elementos de convicção constantes nos autos (In, "Curso de Processo Penal" - Belo Horizonte: Del Rey - 2002 - p. 302).

E arremata:

(...) inquestionável o fato de ser admissível a valoração do depoimento, até mesmo em prejuízo do réu, diante de eventual inconsistência (ob.cit.).

Como bem ponderou o Exmo. Juiz de Direito sentenciante "***O álibi apresentado pela acusada, além de ilógico destoa de todas as demais provas trazidas aos autos.***"

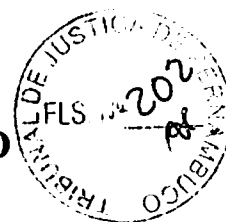
Ora, Senhores, tal assertiva afigura-se por demais inverossímil pois não se concebe que alguém deixe uma pessoa desconhecida costurar o forro de sua bolsa e colocar um objeto também desconhecido no seu interior. Aliada a tal situação, comprovado está que a ré se dirigia a uma penitenciária a fim visitar os netos que lá se encontravam custodiados.



180

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima



Não se trata de uma jovem inexperiente, despreparada, que se dirigia ao estabelecimento prisional, mas sim, de uma senhora madura, viúva, que, segundo os autos, visitava os netos com freqüência e sabia da rotina da prisão, da vistoria pela qual os parentes dos detentos são submetidos nos dias de visita.

Mesmo assim, insistiu a ré em agir em desconformidade com a lei.

A versão dos fatos apresentada pela Recorrente é digna de descrédito porquanto a prova testemunhal carregada, mais precisamente os depoimentos dos agentes penitenciários responsáveis pela prisão em flagrante, confirmam tanto em sede policial como em Juízo a apreensão da droga em poder da ré.

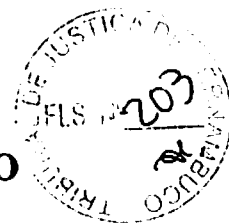
A agente penitenciária MARIA JOSÉ DA SILVA contou em detalhes como se deu a prisão da acusada e que, inclusive, mesmo antes de abrir o embrulho, ela demonstrava ter inteiro conhecimento de que o mesmo continha droga. Relatou (fls. 160/160v):

*“...que a acusada sempre costumava ir àquela unidade visitar os netos que estão presos; que havia informações de que a acusada estaria entrando com droga na penitenciária; que no dia do fato a declarante procedeu a uma revista na bolsa que a acusada portava e verificou que entre o forro e o material externo da bolsa, havia um volume; que a declarante perguntou à acusada do que se tratava e ela ficou muito nervosa, querendo ir embora; que a declarante insistiu e a acusada informou que se tratava de maconha, mas que a deixasse ir embora...”*

Da breve leitura do depoimento ora lido, extrai-se que antes mesmo de se abrir o volume encontrado na bolsa, a acusada já relatou que se tratava de droga, além de a testemunha mencionar que já havia “informes” acerca da posse da droga pela Recorrente.

A testemunha FLÁVIO LOPES DE BARROS só veio a corroborar os termos da denúncia (fl. 160).

O Laudo Pericial (fls. 138/141) comprova a materialidade do delito. Os testes realizados no material apreendido constatarem tratar-se de maconha e crack.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

O crime tipificado no *caput* do artigo 33, da Lei Antidrogas, é definido doutrinariamente como misto alternativo, possuindo em seu bojo dezoito condutas. Basta a prática de qualquer delas, isoladamente ou em conjunto com as demais, para que o delito se configure.

A posse ou guarda da droga, cuja destinação comercial é presumida, bastaria à configuração do delito, pois o narcotráfico é crime de caráter permanente, não sendo necessário flagrar o infrator no ato da mercancia.

A Defesa aduz que a ré não visava lucro mas apenas atendia a pedido dos netos, presos naquela unidade prisional sob a acusação da prática do crime de latrocínio.

Ora, ao entregar, graciosamente, substância entorpecente a terceiro, a Apelante realizou a conduta prevista no art. 33, da Lei n. 11.343/2006, já que este crime prescinde do ânimo de lucro com o fornecimento.

Nesse sentido, já decidiu o Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina:

"Comete o crime previsto no art. 12 da Lei n. 6.368/76, quem, voluntariamente, traz consigo substância entorpecente e fornece a terceiro recolhido em estabelecimento prisional, ainda que gratuitamente" (Ap. crim. n. 00.011492-8, da Capital, rel. Des. Álvaro Wandelli, j. 15.08.2000).

Diante do contexto da prova direta, não se sustenta o pleito absolutório por insuficiência de prova ou dúvida.

A condenação por tráfico se impunha como única forma de deslinde possível.

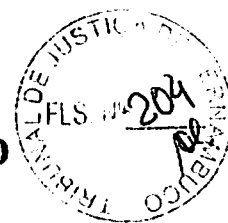
Também não há dúvida da incidência da causa de aumento da pena, prevista no art. 40, III, da Lei Federal nº 11.343/06, que trata da prática do delito nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, sendo certo que a droga foi apreendida no momento da revista para a visitação de familiares, cujo destino eram os netos da acusada, presos naquele local.

Na verdade, esse tipo de delito é muito corriqueiro no meio penitenciário.

Por fim, sustenta a Defesa que o aumento da pena findou por ser incorretamente aplicado.



182



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Para o delito em apreço, o legislador previu a pena mínima de 05(cinco) anos e a máxima de 15(quinze) anos de reclusão e, tendo o Exmo. Magistrado sentenciante procedido à correta análise das circunstâncias judiciais do art. 59, do CPB, verificando a existência de situações favoráveis à ré, dosou a pena-base no mínimo legal cominado ao crime, ou seja, em 05(cinco) anos de reclusão, além de 500(quinhentos) dias-multa.

Não foram observadas quaisquer atenuantes ou agravantes a incidir sobre o referido montante, muito embora, fez-se presente a causa de aumento prevista no art. 40, III, da Lei Federal nº 11.343/06, a qual prevê o aumento de 1/6(um sexto) a 2/3(dois terços), tendo sido a reprimenda acrescida de 1/5(um quinto), patamar próximo ao aumento mínimo, chegando-se à pena definitiva de 06(seis) anos de reclusão e 600(seiscentos) dias-multa.

Devo registrar que a acusada trazia consigo duas substâncias entorpecentes distintas, quais sejam, “maconha” e “crack”, situação que se reveste de maior gravidade.

Por fim, como sabido, a causa de aumento também deve incidir sobre a pena de multa, como acertadamente procedeu o Exmo. Juiz de Direito *a quo*, cuja cumulação é ditada pela Lei.

Considerando que foram observados os ditames do art. 68, do CPB, não há se falar em excesso na fixação da pena.

Ante o exposto, em concordância com a douta Procuradoria de Justiça, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo-se, *in totum*, os termos da decisão atacada.

Tendo em vista que à ré foi concedida liberdade provisória no decorrer do processo, após o trânsito em julgado desta decisão, expeça-se o competente mandado de prisão.

É como voto.

Recife, 07 de maio de 2010.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

183



**Apelação Criminal nº:** 0194668-7  
**Comarca Origem:** Itamaracá - Vara Única  
**Apelante:** Liliane Marize de Oliveira  
**Apelado:** Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**Relator:** Des. Antônio de Melo e Lima  
**Revisor:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procurador de Justiça:** Maria Tereza de Oliveira e Silva  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**VOTO DE REVISÃO**

Cuida-se de apelação criminal interposta tempestivamente pela ré Liliane Marize de Oliveira, requerendo a reforma da sentença prolatada pelo Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Itamaracá que, julgando procedente a denúncia, condenou-a pela prática do crime tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006 c/c o art. 40, III da mesma Lei, fixando a pena definitiva em 06 (seis) anos de reclusão, acrescida de 600 dias-multa, a ser cumprida inicialmente em regime semi-aberto.

Efetivamente, a sentença não merece reparos.

A ré foi presa em flagrante por tráfico de drogas no dia 01.10.2008, nas dependências na Penitenciária Prof. Barreto Campelo, quando entrava na referida unidade prisional para realizar visita a seus netos. A droga (aproximadamente 58g de maconha e 6,370g de "crack") se encontrava no interior de sua bolsa, na costura do forro.





184

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*



A materialidade encontra-se comprovada pelo auto de apreensão e apresentação de fls. 79, pelo laudo de constatação preliminar de fls. 81 e pelo laudo pericial de fls. 137/141.

Quanto à autoria, a ré confessou parcialmente o delito durante o inquérito. Reconheceu que a droga estava em sua bolsa, mas afirmou que o material entorpecente foi nela colocado por uma mulher que se encontrava no Terminal de Integração de Passageiros de Igarassu. Disse que, apesar de ter sido rápida a ação da referida mulher, deu tempo da mesma costurar a parte do forro onde havia colocado o pacote. Disse que não sabia o conteúdo do pacote.

Em juízo, a ré sustentou a mesma tese, de que uma estranha costurou um pacote dentro de sua bolsa, entre o forro e o material externo, não tendo ela desconfiado que se tratava de droga.

Quanto à prova testemunhal, foram ouvidos os agentes penitenciários que exercem suas atribuições na Penitenciária Barreto Campelo. Flávio Lopes de Barros não presenciou o flagrante, mas foi comunicado pelos agentes Ricardo e Maria José de que havia sido encontrada a droga com a ré; Maria José da Silva confirmou os fatos narrados na denúncia, inclusive que a ré lhe afirmou que sabia que o conteúdo do material encontrado em sua bolsa era maconha e lhe pediu para ir embora; que quem abriu o pacote foi a própria ré.

A versão trazida pela acusada, no sentido de que uma estranha inseriu o pacote contendo a droga em sua bolsa e o costurou não faz o menor sentido, não podendo lhe ser atribuído um mínimo grau de credibilidade.

Não se pode crer que uma senhora de 66 anos de idade permita que



uma estranha costure um pacote no interior de sua bolsa sem que ela saiba de seu conteúdo. E esta versão cai por terra quando a agente penitenciária Maria José confirma que a ré lhe disse saber o conteúdo do pacote.

Assim, tem-se que a autoria restou veementemente comprovada no caso sob apreciação, pelo próprio depoimento da acusada (fantasioso e contraditório) em cotejo com as demais provas constantes dos autos, notadamente o depoimento da agente penitenciária responsável pelo flagrante.

No que concerne à alegação da defesa no sentido de que não restou configurado o tipo do art. 33 da Lei 11.343/2006 porquanto a ré não tinha intuito de lucro, mas apenas levava a droga para seus netos na penitenciária, pleiteando a aplicação do art. 28 da mesma Lei, não merece guarida.

Os nossos Tribunais têm decidido que, para a configuração do crime de tráfico de drogas, é irrelevante o quantitativo da substância entorpecente encontrado em poder dos traficantes, sendo imprescindível a demonstração da prática de um dos verbos constantes do art. 33 da Lei 11.343/2006, o que ocorreu no caso em tela, vez que a ré trazia consigo substâncias entorpecentes para entregá-las a consumo de outrem.

Ressalte-se que o próprio *caput* do art. 33 destaca a desnecessidade do intuito de lucro, quando contém a expressão "ainda que gratuitamente".

Também não é o caso de aplicação do art. 28 da Lei 11.343/2006, visto que a droga trazida pela recorrente não era para seu consumo pessoal, mas para consumo de outrem (seus netos), de modo que resta efetivamente configurado o tipo penal previsto no art. 33 da retromencionada norma.



No que se refere à dosimetria da pena, vê-se que o magistrado *a quo* obedeceu aos ditames do sistema trifásico, previsto no artigo 59 do Código Penal, fixando a pena-base em seu mínimo legal (5 anos e 500 dias multa), diante das circunstâncias judiciais favoráveis.

Incidindo na espécie a causa especial de aumento da pena prevista no art. 40, III da Lei 11.343/2006 (*ter sido a infração cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais*), o magistrado aplicou a fração de 1/5, aumentando assim a pena em 1 ano de reclusão e 100 dias-multa.

A defesa alega que este quantitativo foi exacerbado, diante das circunstâncias judiciais favoráveis da ré.

Nesse ponto, entendo que assiste razão à defesa. Se o magistrado aplicou a pena-base em seu mínimo legal, diante das circunstâncias judiciais favoráveis à ré, deveria também ter aplicado a causa especial de aumento prevista no art. 40, III acima referido em sua fração mínima (1/6).

Não vislumbro razões, no caso em tela, nem esses motivos estão expressos na sentença, para a aplicação de fração superior ao mínimo, a não ser para fins de facilitar o cálculo de redução da pena.

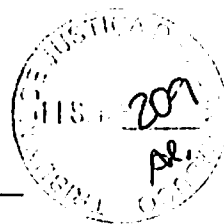
Assim, passo a corrigir a dosimetria da pena, aplicando a fração de 1/6 sobre o quantitativo da pena aplicado (5 anos), o que resulta em 10 meses, ficando, assim, a pena em 5 anos e 10 meses de reclusão.

Quanto à pena de multa, também questionada pela recorrente, entendo que, para seu cálculo, deve ser utilizado o sistema bifásico, conforme orientação do Superior Tribunal de Justiça: "Na primeira, fixa-se o número de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*

187



dias-multa, considerando-se as circunstâncias judiciais (art. 59, do CP). Na segunda, determina-se o valor de cada dia-multa, levando-se em conta a situação econômica do réu (Precedentes do STJ)" (REsp 897.876/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/06/2007, DJ 29/06/2007 p. 711).

Assim, a meu ver, quanto à pena de multa, não devem incidir atenuantes/agravantes e causas de aumento/diminuição da pena.

Destarte, deve a pena de multa ser fixada em seu mínimo legal (500 dias/multa), conforme estabeleceu o magistrado sentenciante, mas sem a incidência da causa de aumento prevista no art. 44, III da Lei 11.343/2006.

Destarte, resta a pena definitiva da ré em 5 anos e 10 meses de reclusão, acrescida de 500 dias-multa, a ser cumprida em regime inicial semi-aberto, conforme determinou o magistrado sentenciante.

Ante o exposto, voto pelo provimento parcial do apelo, para reduzir a pena da ré para 5 anos e 10 meses de reclusão, acrescida de 500 dias-multa, ficando mantidos os demais termos da condenação.

Recife, 05 de 05 de 2009

  
Des. Mauro Alencar de Barros  
Revisor



188

212

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

SEGUNDA CÂMARA CRIME - 05.05.2010  
APELAÇÃO CRIMINAL Nº 194668-7 - ITAMARACÁ  
APELANTE : LILIANE MARIZE DE OLIVEIRA  
APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
RELATOR : DESEMBARGADOR ANTÔNIO MELO E LIMA  
REVISOR : DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR

RELATÓRIO JUNTADO AOS AUTOS, ÀS FLS. 193.

VOTO DO RELATOR JUNTADO ÀS FLS. 200/204 DOS PRESENTES AUTOS.

**VOTO DO REVISOR**

O meu voto em revisão está lançado em cinco laudas. (fls. 205/209)

Também aqui vou pedir mais uma vez a vênica ao Desembargador Relator para divergir apenas num ponto. É que a pena-base foi fixada no mínimo legal – cinco anos – e quando da aplicação da causa de aumento, por ter sido a infração cometida nas imediações do estabelecimento prisional, o magistrado majorou na fração de 1/5 (um quinto), ou seja, em um ano. E eu a estou fixando no mínimo, que seria 1/6 (um sexto). Então, a pena que seria de seis anos, eu estou reduzindo para cinco anos e dez meses porque ele enfatizou esse ponto na apelação. Se não tivesse tanta ênfase defendendo essa tese, eu até poderia eventualmente passar despercebido. Mas como um dos pontos da apelação é esse - e realmente o enfrentando - entendi que, como a pena foi aplicada no mínimo legal em face das circunstâncias do art. 59, deveria o magistrado ter fixado essa causa de aumento também no mínimo.

É só essa divergência.

**DESEMBARGADORA HELENA CAULA REIS (PRESIDENTE)**

Indago do Relator se mantém o seu voto.

**DESEMBARGADOR ANTÔNIO MELO E LIMA (RELATOR)**

Como atualmente, prevê de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços), o fato dele ter aumentado de 1/5 (um quinto) não causou nenhum transtorno nem foi uma aberração.

Mantenho a sentença. Acho que o grande benefício é ficar no semi-aberto.



189

213  
P.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

**DESEMBARGADORA HELENA CAÚLA REIS (PRESIDENTE)**

Com essas considerações, vou pedir vênia ao Desembargador Revisor para acompanhar o Desembargador Relator.

---

**DECISÃO:**

**"POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, VENCIDO O REVISOR QUE REDUZIA A PENA."**

---

P.